



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0545/16	DATA: 02/06/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 09h36min	TÉRMINO: 10h57min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Sócia da empresa Marcondes e Mautoni Empreendimentos Ltda.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo quórum, vou pular o Item 2 e passar para o Item 3.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Iniciaremos agora a audiência pública para a oitiva da Sra. Cristina Mautoni Marcondes Machado, sócia da empresa Marcondes & Mautoni Empreendimentos Ltda., em atendimento aos Requerimentos nºs 8, de 2016, do Deputado Rubens Bueno; 42, de 2016, do Deputado José Carlos Aleluia; 49, de 2016, do Deputado Carlos Sampaio; 79, de 2016, do Deputado Joaquim Passarinho; 82, de 2016, do Deputado Altineu Côrtes; 102, de 2016, do Deputado Arnaldo Faria de Sá; 126, de 2016, e 142, de 2016, ambos do Deputado Izalci, e 248, de 2016, do Deputado Alexandre Baldy.

Convido a Sra. Cristina Mautoni Marcondes Machado, que pode vir acompanhada de seu advogado, para tomar assento à mesa.

Segundo denúncia do Ministério Público Federal, o casal Mautoni teria atuado, juntamente com outras pessoas, na corrupção de agentes públicos para a edição de medidas provisórias, visando à prorrogação de benefícios fiscais no setor automotivo.

Cristina Mautoni Marcondes Machado é esposa do Sr. Mauro Marcondes Machado, é engenheira de produção mecânica e atuava na parte administrativa da Marcondes & Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa. Foi denunciada pelo Ministério Público Federal pelos delitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa. Foi condenada pelos delitos de organização criminosa e lavagem de dinheiro, no total de 6 anos e 5 meses de reclusão, mas foi absolvida do delito de corrupção ativa.



Eu passo a palavra à Sra. Cristina Mautoni Marcondes Machado, para que faça as suas considerações iniciais por até 20 minutos. Declaro ainda que ela apresentou, juntamente com o Sr. Mauro Machado, *habeas corpus* fornecido pelo Supremo Tribunal Federal.

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Bom dia, excelência. Muito obrigada pelo convite. Por orientação do meu advogado, vou permanecer calada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pelo fato de ela declinar de fazer suas considerações iniciais, eu vou passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei, Dra. Cristina, que V.Sa. tem o *habeas corpus* que lhe permite ficar calada todo o tempo, além das garantias constitucionais, mas, evidentemente, nós temos aqui na CPI não só o objetivo de indagá-la e investigá-la, mas também de contribuir para melhorar e aperfeiçoar o sistema.

Eu, recentemente, participei da CPI da PETROBRAS, e uma das coisas que encontramos foi que houve a edição de medidas provisórias com relação à importação e exportação, o que comprometeu muito o sistema apurado na CPI da PETROBRAS. Então, percebemos que existem outros mecanismos e outras formas de interferência, não só no Poder Legislativo, mas também no Poder Executivo. Aqui nesta Casa votam-se mais medidas provisórias do que projeto de lei. E tive a informação, durante a CPI que investigou o Cachoeira, de que era mais fácil trabalhar no Executivo.

Então, eu não vou entrar nesse mérito das questões do processo de V.Sa. Eu quero mais é pedir a sua colaboração, para ver se conseguimos aperfeiçoar e impedir que novas medidas provisórias sejam utilizadas da forma como vêm sendo.

V.Sa. conheceu Gilberto Carvalho ou não? (*Pausa.*) Nunca viu Gilberto Carvalho?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não? Nunca viu?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou ficar calada.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas V.Sa. falou “não”. Nunca viu ou não... Nunca viu Gilberto Carvalho? Nunca foi...

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou ficar calada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. colocou, como sócia da empresa, a filha. Acho que é filha de V.Sa., com 13 anos. Hoje ela está com 19 anos? Isso foi em dois mil e... Quantos anos tem a filha de V.Sa.? Isso não vai prejudicá-la em nada.

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Ela é menor de idade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ainda é menor? Quando foi constituída a empresa da qual V.Sa. é sócia com ela? Foi em 2009?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou ficar calada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas a data da criação da... V.Sa. sabe?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Inclusive.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, o depoimento de V.Sa. acho que já é público. Nós conhecemos o depoimento que foi feito na Polícia Federal, e lá V.Sa. disse várias coisas. Entre as coisas que foram ditas, é que V.Sa. apenas fazia serviços administrativos na empresa — era isso? V.Sa. não teve participação nenhuma de articulação ou de conversas, no sentido de obter vantagens com medidas provisórias para clientes?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Eu já fiz o meu depoimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Confirma tudo o que está no depoimento?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas lá V.Sa. disse que fazia apenas trabalhos administrativos.

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E tem um *e-mail* no processo que matérias sigilosas teriam que ser encaminhadas por *e-mail* pessoal. Por que desse *e-mail* pessoal aí?



A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer calada, em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não acha que esta é a oportunidade de colocar aqui, esclarecer um pouco e poder ajudar a CPI, independente das questões que envolvem V.Sa.? Não teria disponibilidade de responder nada, nem aquilo que não a compromete?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Obrigada pelo convite, mas, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer calada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quantos anos tem a filha de V.Sa., só para...

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Ela é menor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas a idade. Menor o quê: 16, 17?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Ela é menor de idade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quinze ou Dezesete? Qual é a idade dela? Isso compromete também, responder a essa...

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Só não queria expor a minha filha.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Só não gostaria de expor a minha filha.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, e eu também. Por isso eu estou perguntando, porque um dos objetivos aqui é fazer um requerimento para convocá-la aqui. Por isso eu quero saber a idade. Senão eu vou fazer já o requerimento. Só quero saber.

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Ela tem 14 anos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quatorze anos.

Vou insistir numa pergunta meio... que não a compromete. O marido de V.Sa. tinha uma relação com o Presidente Lula. V.Sa. sabe quando nasceu essa amizade com o Presidente Lula?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca viu o Presidente Lula? O marido de V.Sa. nunca comentou alguma coisa sobre isso?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu tinha aqui várias questões a fazer que não a comprometeriam em nada, mas, infelizmente, ela não quer colaborar. Isso significa que quem cala consente. Nem para colaborar com a melhoria do processo eles estão dispostos.

Evidentemente, qualquer depoente tem o direito de ficar calado, a Constituição Federal garante isso. Mas normalmente a reserva do depoente em não falar é em relação àquilo que o compromete. Acho que nessas questões que não a comprometem, infelizmente ela não está disposta a ajudar.

Eu tenho mais o que fazer. Lamento mais uma vez, e vamos fazer continuar fazendo as convocações. Uma hora, alguém vai falar. Então, lamento mais uma vez a termos convocado e não ter resultado. Por isso, Sr. Presidente, precisamos avançar na quebra de sigilo.

Só para registrar, eu apresentei o Requerimento nº 76, de 2016, no sentido de ser compartilhado com a CPI o sigilo fiscal, bancário e telefônico de algumas pessoas, inclusive, do Sr. Luís Cláudio Lula da Silva.

Como a Justiça não está compartilhando — é a informação que nós temos, porque está ainda em investigação —, eu apresentei um outro requerimento. Aí sim nós vamos pedir direto à CPI, independente da Justiça, essa quebra de sigilo, porque, no que depender dos depoimentos nessas oitivas, não estamos tendo resultado. Então, temos de insistir que a CPI caminhe independente do Poder Judiciário. Eles talvez tenham razão para não compartilhar as informações com a CPI. Eu acho que agora a CPI precisa caminhar com outros mecanismos.

Não há quórum para decidirmos hoje, mas protocolei ontem requerimento de quebra de sigilo, fiscal, telefônico e bancário. Inicialmente, a empresa Marcondes repassou 2,5 milhões à empresa do filho do Sr. Lula da Silva. Agora, temos notícias de que foram mais de 10 milhões. Portanto, precisamos quebrar o sigilo. Provavelmente, vamos pedir a quebra de sigilo fiscal e bancário de alguns depoentes que não colaboraram para que possamos realmente tocar esta CPI e tirar



daqui algumas conclusões, para a melhoria do processo do CARF e também para evitar que o processo legislativo seja contaminado por esse tipo de trabalho feito pelo escritório da Marcondes.

Infelizmente, ela não quer colaborar com nada, mas temos outros mecanismos. Espero que possamos aprovar esses requerimentos o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado.

Sra. Cristina...

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Esta CPI tem se pautado muito pelo respeito aos depoentes que vêm aqui. Nós recebemos aqui o seu esposo, o Sr. Mauro Marcondes. Vimos, pela sua trajetória profissional, que foi um homem que viveu mais de 30 anos nesse ramo. Ele é seu sócio, e agora vocês foram acusados desses crimes. Então, é só uma observação que faço à senhora — e eu sei que não é fácil, principalmente, quando a família é atingida como um todo num escândalo desse — de que a CPI pode se mostrar aqui como um palanque, uma tribuna, para sua defesa perante a sociedade. Mesmo a senhora querendo permanecer calada, nós já acompanhamos o seu processo no Ministério Público, na Justiça e estamos aqui com delegados e peritos da Polícia Federal, examinando todas as evidências desse escândalo.

Então, sempre apelamos aos depoentes, dizendo que aqui eles têm um palanque, sem se comprometer. Eu acho que a estratégia de permanecer calada, *data venia* do advogado, é errada. A senhora está sendo filmada, a senhora está sendo transmitida para todo Brasil. Acho que é uma oportunidade de as pessoas virem aqui, com altivez, dizer que não foi isso, que não é bem isso, é assim, assim, assado, o que nos ajudaria muito a repor essas questões.

Compreendo que a senhora tem de se pautar, naturalmente, pelos conselhos do advogado, mas acho que perde uma grande oportunidade de esclarecer tudo àquelas pessoas que gostam da senhora, têm a sua amizade. Ao ficar calada, eu acho que admite toda uma culpa. Nós sabemos que às vezes essa culpa não é só específica daquele depoente, mas de todo um sistema em que as pessoas vão se



envolvendo ao longo da vida, e acontece isso que está aí. Tanto é verdade que nós estamos aqui na Câmara discutindo — e eu sou favorável a que ela seja discutida exaustivamente — a profissão do *lobby*. Existem, em todos os países civilizados, as pessoas especialistas em tratar determinados assuntos e esclarecê-los, para que as coisas comecem a andar na esfera pública.

Então, a senhora, permanecendo calada, eu acho que está dando um testemunho de que a senhora e seu esposo fizeram realmente coisas erradas. Isso vai se agravar, porque o nosso relatório vai ser baseado em muitas evidências, e esse seu silêncio passa realmente culpa em cartório. Ontem, por exemplo, a Polícia Federal já disse que não foram repassados só R\$ 2 milhões e meio para o Luís Cláudio, e sim mais de R\$ 10 milhões. Isso foi feito a título de quê? Será que foi só para fazer aquele empreendimento lá no interior de São Paulo? Nós vamos atrás disso tudo.

Então, eu acho que a senhora teria a oportunidade, como mãe, como mulher — principalmente é a mulher que sofre muito mais, pelo que eu vejo, defendendo a sua família com garra —, de usar essa tribuna, sem se comprometer, e dar uma versão do que é essa coisa nebulosa que acontece. Afinal de contas, é muita coisa que acontece, e nós queremos colocar luz sobre isso, para a sociedade brasileira até poder acompanhar.

Por muitas vezes, em conversas até privadas, as pessoas se queixam de que esse regime brasileiro levou a que o tráfico de influências, a que as coisas só pudessem andar a partir do momento em que se beneficia o servidor público. Às vezes, eles oferecem dificuldades para vender facilidades. Então — a senhora é uma profissional, uma empresária —, eu não condeno de pronto o empresário, a não ser que a sua culpa seja realmente comprovada. Para mim, eu sempre presumo a inocência. As coisas não acontecem só porque as pessoas querem que elas aconteçam, é um sistema que está aí.

Com a nossa colaboração, a CPI vai, sim, oferecer à sociedade, vamos dizer, uma possibilidade de melhorar a estrutura do CARF, de fazer uma melhor estrutura para serem examinadas essas medidas provisórias. Eu mesmo — viu, Deputado Passarinho? —, juntamente com o meu chefe de gabinete, cheguei a um determinado Ministério, há alguns anos, e falei da dificuldade de nós conseguirmos



as coisas, e um cidadão disse: “*Não, nós mandamos uma medida provisória*”. Quer dizer, é tão fácil!

Nós precisamos reexaminar esse instrumento medida provisória. Nós acabamos com o decreto-lei, e criamos uma medida provisória. Como nós temos agora um constitucionalista na Presidência da República, e ele foi um dos homens que na Presidência da Casa, resolveu aquela questão de a medida provisória trancar a pauta, nós vamos até ver se melhoramos esse instrumento.

Então, eu faço essas considerações para a D. Cristina, com todo o respeito. Não presido nenhum ambiente aqui para que as pessoas sejam desrespeitadas, muito pelo contrário. Queremos que as pessoas se sintam aqui como cidadãs e possam se defender. Eu acho que não encontrará a senhora, em nenhum espaço público, melhor tribuna para uma defesa sem se comprometer.

Eu sou de outra área, não sou da área do Direito, mas eu acho que essa escola do ficar calado é ruim, ela beneficia muito o advogado, que, naturalmente, está ganhando para vir aqui com a senhora, está ganhando para lhe fazer a defesa. E, quanto mais ele montar uma estratégia de proteção à senhora, aparentemente, vamos dizer assim, tentando blindá-la, no meu ponto de vista — esta é uma opinião como cidadão —, eu acho que isso prejudica, já que nós temos uma oportunidade aqui.

Eu vou passar a palavra para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nessa linha que V.Exa. está conduzindo — e eu acho que é perfeita —, as pessoas poderiam contribuir, independente daquilo que não compromete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sem se comprometer, colocando...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas, por exemplo, nós recebemos aqui o Hallysson, que fez uma ameaça ao esposo da D. Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso. E ele confirmou!

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ele confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O Sr. Marcondes.



O SR. DEPUTADO IZALCI - E foi agora condenado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, o que poderia causar à Dra. Cristina falar sobre essa ameaça? Eu acho que nada. Então, algumas coisas nós poderíamos aqui melhorar, até para nós conduzirmos o trabalho, com relação aos outros depoimentos, com a colaboração de algumas coisas que ela pode nos dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - E, veja, nós temos até discutido aí — nós, pelo menos, vemos o Presidente do Senado e alguns Deputados também falando sobre isto — que nós precisamos até mexer na lei da delação, porque as pessoas não podem, na prisão, fazer a delação. Pelo que eu vejo, não há outro caminho. Quando existe uma oportunidade de as pessoas livremente colocarem algo, democraticamente, republicanamente, elas não o colocam. E quanto às delações, hoje há exceção, como é o caso de Sérgio e Expedito Machado, que fizeram a delação — sob uma ameaça de prisão, naturalmente —, que a fizeram fora da prisão.

Então, eu acho que o que nós precisamos é não mexer nisso mesmo. As pessoas não querem usar o caminho democrático de fazer a sua defesa pública. *“O que vai me comprometer eu contar a verdade numa CPI?” “Eu defendo interesses tais, tais e tais, mas, para eu andar, eu barrava nesta exigência do Sr. Halysson de exigir, em nome de tanto, tanto e tanto, que eu tinha que fazer isso, senão nós não andávamos”*. Essa é que é a coisa para nós chegarmos, colocarmos luz a essas questões. Mas as pessoas se negam a fazer isso, e aí vão fazer uma delação quando experimentarem a prisão.

Eu, por exemplo, hoje sou totalmente favorável a que a prisão se dê na segunda instância. Por quê? A terceira instância é altamente protelatória para quem tem dinheiro neste País. Essa é que é a questão. Se existe aqui uma CPI que tem um ambiente respeitoso, em que as pessoas podem contar e podem ajudar muito, o que vai prejudicar eu dizer a verdade? O que vai prejudicar eu dizer a verdade?

Hoje acontece o seguinte: as contradições são muito evidentes com perícias. Nós estamos aqui, recebemos hoje um perito que vai ficar à nossa disposição — o delegado também já está à nossa disposição, virá procurador para ficar à disposição —, para que nós examinemos todo esse conjunto de provas. E as pessoas podem



ser condenadas sem o espaço para se defender do julgamento político, porque a coisa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E há o depoimento da Polícia Federal, que já foi feito. Por que lá foi colocado e aqui não poderia? Mesmo repetido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Aí o advogado chega e fala: *"Você fica calado e tal, porque eu vou defendê-lo"*. Defende coisa nenhuma, porque, na hora da cadeia, ele não devolve os honorários. Foi para a cadeia, não os devolve. E aí? *"Não, não deu certo, não sei o quê, mas eu vou falar, não sei o quê"*. E aí se perdeu a oportunidade.

Eu não quero que se comprometa aqui, mas que conte isso. Eu não acredito que uma empresa como a do Sr. Marcondes, que trabalhou 30 anos aí na ANFAVEA, vai chegar a oferecer propinas sem ter uma sinalização, sem ter uma dificuldade para avançar. Eu acho que é a oportunidade de se defender.

E a D. Cristina, como uma mãe de família que defende os seus filhos, está aqui com uma proteção correta da sua filha menor, que, parece, faz parte da empresa. Quer dizer, hoje, tem o cuidado de blindá-la, mas não teve o cuidado na época de colocá-la na empresa, não é? Então, há todas essas questões que nós precisamos colocar.

Eu passo a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu queria que V.Exa. fizesse um apelo ao próprio advogado. O que ela disse na Polícia Federal? Já está no processo. O que isto poderia comprometer-la: falar aquilo que ela já disse na Polícia Federal? Há algum problema?

Vejam bem o objetivo da CPI. Estamos ouvindo aqui várias pessoas. Essas informações é que vão se encaixando. Então, eu acho que repetir o que ela já disse na Polícia Federal não vai comprometer-la em nada, até porque ela já disse e acabou de confirmar inclusive o que foi dito lá. Então, eu acho que nós precisamos fechar isso. Nós ouvimos aqui o esposo, Mauro, o Halysson, que confessou que fez ameaça. Então, são coisas que nós precisávamos ouvir.

Eu sei que normalmente o advogado diz: *"Não fala nada"*. Nós chegamos aqui a perguntar o nome do cara, e o cara disse: *"Não posso falar o meu nome"*. É um negócio absurdo. *"Como é que era o nome da sua mãe?"* *"Não sei."* É um



desrespeito muito grande à instituição do Congresso Nacional. Nós estamos aqui para dar o direito realmente de as pessoas se defenderem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não considero desrespeito, Deputado. Eu acho que elas perdem a oportunidade de se colocar. Afinal de contas, hoje nós temos uma audiência fantástica. As pessoas estão interessadas na política, estão interessadas em passar este País a limpo. Então, a sociedade está ligada nesses depoimentos. Quando vem um depoente aqui e se nega a falar, eu acho que ele perde uma grande oportunidade. Ele é mal assessorado politicamente. Eu não estou aqui entrando no mérito jurídico das coisas. Eu achou que até nós não precisamos nem de *habeas corpus* para ficarmos calados, para não produzirmos provas contra nós. Mas acontece que o elo sempre vai quebrar nos mais fracos, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu estou vendo gente pegar 18, 20 anos de cadeia. É justo eu botar um ente querido meu na cadeia por eu ficar calado, por um malfeito que eu fiz? Ou eu não fiz? Se eu sou inocente, por que eu vou ficar calado? Essa é que é a minha contradição. Se eu não fiz, eu vou ficar calado por quê? Vou passar a impressão que eu fiz?

Então, eu acho que nós precisamos fazer isso, para que no futuro as empresas não possam fazer isso, e os maus agentes públicos não pratiquem mais isso. É isso que a sociedade quer. Nós esperamos que as coisas aconteçam, porque essa cultura da corrupção está muito presente em toda a sociedade. Nós precisamos mudar esses valores da sociedade, pelo menos investir nessa turma mais nova, que vem com uma outra cabeça.

Então, eu acho que perdem a oportunidade de se colocarem aqui. E nós não vivemos só para nós mesmos, nós vivemos no nosso meio. É o vizinho que nos observa; é o parente que nos observa; são os filhos que nos observam. Quando nós ficamos calados, passamos uma impressão. Depois, entre quatro paredes, dizem: "*Não, eu não fiz isso, quem fez me exigiu isso*". E perdeu a oportunidade de se colocar publicamente.

Eu acho que é até uma atenuante, porque eu conversei com algumas pessoas que estão nesse processo que disseram assim: "*Nós estamos assistindo os*



senhores lá". É a polícia, é o Ministério Público, é o juiz. Estão nos assistindo aqui, estão vendo como é que as pessoas se comportam aqui.

Então, eu quero passar a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos aguardar. Parece que a Dra. Cristina quer dizer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A senhora gostaria de fazer alguma colocação?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Eu agradeço o convite, com todo o respeito, Excelência, mas, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Pedro Fernandes, Presidente desta CPI, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Cristina Mautoni e seu advogado, não há mais nenhuma dúvida de que nós temos que reformular o CARF. Aqui dentro da CPI já foi configurada uma forma melhor de funcionamento do CARF, até com relação a seus integrantes. Portanto, esta CPI tem avançado nesse sentido.

Eu tenho certeza de que o relatório que será confeccionado pelo Relator terá a contribuição dos membros desta Comissão. Embora a maioria dos depoentes não queiram contribuir, não serão apenas os depoimentos que vão formular o relatório e também o nosso entendimento com relação a tudo o que vem acontecendo dentro do CARF há muitos anos, não só agora. Nós sabemos que esse tipo de sonegação não é fato do presente, mas de muitos anos.

A Sra. Cristina Mautoni veio junto com o seu advogado, exercendo o seu direito de não falar. Mas, como V.Exa. aqui deixou bastante claro, ela perde uma grande oportunidade de se defender. Talvez ela não tenha outra oportunidade como esta de fazer a sua defesa. Talvez nem tudo esteja anotado no inquérito da Polícia Federal e no processo que está na Justiça, que a condenou.

A senhora já foi condenada, se não me engano, a 6 anos e 5 meses de reclusão, cumpridos inicialmente em regime semiaberto. Então, eu acho que a senhora poderia colaborar com a senhora mesma, com a sua família. A senhora, que é mãe de uma adolescente ainda, que eu tenho certeza de que tem amigas, tem



amigos, tem um círculo de amizade grande, ao ver nome da mãe sendo noticiado como pertencente a uma quadrilha, a uma organização criminosa, eu tenho certeza de que é motivo de preocupação, até mesmo de vergonha, para ela.

Mas quem sabe a senhora não seja uma pessoa inocente, embora já condenada? Talvez seja inocente. Várias pessoas, homens e mulheres no Brasil já foram condenados inocentemente. Talvez a senhora seja um desses casos. A senhora está perdendo esta oportunidade de aqui falar, de contar um pouco sobre o que acontece de fato. Às vezes, somos levados a uma situação em que nos envolvemos, mas não temos culpa. Talvez seja o caso da senhora. Não estou afirmando que a senhora cometeu nenhum delito. São as investigações da Polícia Federal que levam a isso. Mas eu acho que a senhora poderia aproveitar esta oportunidade.

Quer fazer alguma colocação, Sra. Cristina Mautoni?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Eu agradeço, e por orientação do meu advogado, com todo o respeito, eu vou continuar em silêncio.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Muito bem, Sr. Presidente. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Só para avisar, nós já quebramos o sigilo da empresa Marcondes & Mautoni e hoje nós vamos apreciar a quebra de sigilo da pessoa física do Sr. Marcondes e da Sra. Cristina, como está na pauta aqui.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Está bom, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quer dizer alguma coisa, Deputado?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, tendo em vista o que V.Exa. disse, e é verdade que todos estão acompanhando a reunião da CPI, já que a Dra. Cristina não quer falar nada, é importante nós falarmos algumas coisas para as pessoas saberem do que nós estamos tratando aqui. Então, eu gostaria de fazer algumas colocações aqui.

Primeiro, falo sobre a empresa Marcondes & Mautoni. O Mauro, que é esposo dela e era sócio, depois teve a irresponsabilidade de botar a filha de 13 anos como sócia — 13 anos! Está fazendo 14 anos agora, como ela confirmou. Quer dizer, usou



a própria filha, de 14 anos, numa maracutaia, num golpe de corrupção contra o Estado.

Eu tive a oportunidade de falar com o Dr. Mauro aqui, que foi Vice-Presidente da ANFAVEA, um alto empresário que conhece o segmento. Quanto a essa operação, inclusive, num determinado momento, o ex-Presidente Lula trabalhou aqui com o Líder do Governo para evitar que a bancada — e isso foi na CPI do Senado — convocasse o Sr. Mauro para fazer depoimento. Inclusive isso está nas delações premiadas, foi fruto de delação premiada, para não convocá-los, nem o Sr. Mauro, nem a esposa. Houve a interferência do Lula, houve pagamentos.

Por isso, eu digo: há a utilização dos filhos em todas essas operações. A Sra. Lytha Spíndola, por exemplo, que foi da Casa Civil, trabalhou essa questão das medidas provisórias, também utilizou os filhos dela, Vladimir Spíndola e o outro, como sócios, para exatamente fazer esse trabalho.

Então, o Sr. Mauro, da empresa Marcondes & Mautoni, que era ligado ao Presidente Lula, que provavelmente era amigo também de Gilberto Carvalho, oferecia esse trabalho no sentido de buscar facilidades no segmento automobilístico. Então, utilizou todos os mecanismos, e não só nas medidas provisórias, mas também no CARF.

Procurou o José Ricardo, que é sócio da SGR, e foram pagos mais de 4 milhões 700 mil de transferência da Marcondes para a SGR. José Ricardo, que não tinha experiência nenhuma no CARF, porque se formou aos 40 anos, entrou no CARF por causa do pai dele, que era da Receita Federal. Então, não podemos chamar isso de *lobby*, porque isso aqui não foi *lobby*; isso aqui foi um esquema montado, uma quadrilha montada para realmente saquear os cofres públicos. Há pendências em autos de R\$ 1 bilhão, que, em troca de honorários de R\$ 30 milhões, deixou-se de pagar R\$ 1 bilhão de impostos.

Isso é para as pessoas que nos estão assistindo saberem o que nós que nós estamos fazendo aqui.

A empresa do Sr. Mauro Marcondes repassou à LFT Marketing Esportivo — *marketing* esportivo —, pertencente a Luís Cláudio Lula da Silva, R\$ 2 milhões e 500 mil. Agora, com a quebra do sigilo bancário, já se constatou que foram mais de 10 milhões.



Fico preocupado com o que percebemos, porque nós aqui estamos votando medidas a todo o momento. Praticamente, em todas as medidas — já diminuiu um pouco — quase sempre há um jabuti, um submarino que entra nas medidas provisórias, e as votamos aqui, na maior das boas intenções, sem sabermos o que está por trás disso.

Então, houve um grande esquema desde 2003 pelo menos, que são as medidas de que eu tomei conhecimento, em que o trabalho feito pela Marcondes & Mautoni era esse. Na Polícia Federal, a Dra. Cristina disse: *“Não, eu só participava dos atos administrativos, coordenava a questão administrativa.”* Mas, nas relações comerciais com essas empresas, aí, não, tinham que mandar expedientes ao e-mail pessoal dela, inclusive através de códigos.

Então, nós não estamos aqui apenas questionando uma depoente ingênua. Não, é uma pessoa que atuou e que admitiu o que fez. Inclusive, eu acho muito estranho que uma mãe permita que o marido coloque uma filha de 13 anos numa operação dessas, sabendo do que se tratava. Não me venha dizer a Dra. Cristina que não sabia dessas operações. Sabia, sim, e o marido provavelmente contava os detalhes de tudo isso, porque ela era sócia da empresa.

Então, é importante que as pessoas que estão nos assistindo aqui saibam do que nós estamos tratando.

E a Dra. Cristina poderia contribuir muito, é importante ficar registrado, porque ela já disse muitas coisas na Polícia Federal, mas aqui não está utilizando a oportunidade para nos ajudar a, pelo menos, reduzir ou amenizar esse *modus operandi* que foi feito com as empresas constituídas não apenas para fazer *lobby*, como V.Sa. disse, que é uma atividade que nós temos de regulamentar. Mas, não; estava utilizando realmente o conhecimento.

E eu ia perguntar exatamente isto, desde quando o Sr. Mauro conhece ex-Presidente Lula. Segundo informação, é desde a época em que ele foi metalúrgico. Provavelmente, ele deve ter outros negócios com a família.

Eu acho que a Dra. Cristina vai perder realmente uma grande oportunidade de mostrar à população, aos seus parentes, aos seus amigos, à sua própria filha. Eu até entendo que a filha não deve estar entendendo por que figurava num contrato



social. Provavelmente, com 14 anos, ela já vai poder agora questionar os pais por que utilizaram o nome dela nessa empresa.

Não sei se nós temos ou não esta informação. Até vamos verificar se ela também tem conta mesmo; se com 14 anos ela pode figurar num contrato social. É possível até que os pais tenham utilizado a filha na lavagem de dinheiro, constituindo empresa fora ou até aqui no Brasil mesmo. É por isso que eu digo: nós não estamos tendo resultado talvez pela orientação equivocada dos advogados, porque agora ninguém diz nada. Como V.Sa. disse: *"Não vou falar nada"*. Mesmo se perguntarmos o nome completo do seu marido, ela vai dizer que não sabe, ou não vai dizer.

Então, isso nos leva a buscar mecanismos, conhecimentos, através das técnicas que nós temos, e, como disse V.Exa., vamos votar os requerimentos de quebra. Tudo o que foi quebrado pela Polícia Federal, pela Justiça, nós também vamos fazer isso pela CPI, para nós termos um encaminhamento próprio a fim de desvendarmos... Desvendarmos, não, acho que nós já sabemos disso. O que nós queremos é fechar o cerco, porque ninguém tem mais dúvida aqui do que ocorreu com relação a essa empresa de Marcondes & Mautoni. Era uma empresa que realmente comprava e financiava os servidores públicos. Esta seria uma oportunidade para ela dizer quais eram os Parlamentares envolvidos, as autoridades públicas envolvidas nessa operação que envolveu bilhões e bilhões contra a sociedade brasileira, porque, de qualquer forma, isso aí foi contra a Receita com relação à isenção de impostos e à diminuição das multas do CARF.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho, autor do requerimento. Depois, concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, senhores membros da CPI, Sra. Cristina, quando nós convocamos alguém para vir aqui, como já foi dito, a ideia não é constranger ninguém, a ideia é tentar fazer o nosso trabalho. E nós vemos, pela sua expressão, que a senhora está constrangida por estar aqui, porque nós acabamos tendo que falar coisas que não precisaríamos falar.



O que nós queremos saber aqui não é para a senhora se incriminar mais, até porque a senhora já está condenada. O que nós queremos é tentar passar algo para a população que está nos vendo. Temos que respeitar as pessoas que nos trouxeram para cá. Nós ficamos ontem aqui até às 3 horas da manhã votando, e estamos aqui, no horário, para tentar mostrar às pessoas que este País mudou.

Com todo o respeito ao advogado — eu não sou advogado —, mas não entendo por que dão essas orientações. E todos fazem isso, não sei se é para o cliente ficar parado, não falar muita coisa. Eu sou arquiteto, não sou advogado, mas o que eu vejo é que todos que ficaram calados estão piorando a sua situação — todos! Quem achava que o Sr. Marcelo Odebrecht, o empreiteiro mais rico deste País, ficaria 1 ano preso? Depois de 1 ano na cadeia, ele está tendo que falar. Ele achava talvez que fosse sair, porque tinha dinheiro, que os advogados iam tirá-lo de lá. Acho que as promessas eram de que iriam tirá-lo de lá, de que iriam tirá-lo de lá. Depois de 1 ano preso, ele teve que falar. Do que adiantou isso? Por que não falou logo? Por que não falou logo?

Tenha certeza de que escritórios como o seu talvez não tenham bolado toda essa máfia, não tenham bolado todo esse esquema; talvez tenham sido usados para isso. É isso o que nós queremos saber. Queremos entender — já sabemos um pouco — como isso funcionava, se eram funcionários públicos ou não, de que maneira isso estava acontecendo, para que possamos estancar isso, D. Cristina.

Nós ouvimos falarem de milhões, milhões e milhões. Só na sua empresa, pelo que consta aqui, houve uma queda de R\$ 266 milhões de autuação para R\$ 1 milhão. A senhora tem filha pequena, eu tenho filho também, e nós ficamos pensando: o que será que essas pessoas sentem quando assistem à televisão todo dia e veem notícias de que há pessoas que não têm um leito para se deitar?

Hoje, antes de sair de casa, fiquei sabendo que a mãe da minha funcionária está precisando de uma UTI. Ela pode morrer porque não há uma UTI nesta cidade de Brasília. Ela pode morrer porque está entubada numa maca hoje. A filha nos está pedindo, por favor, para arrumarmos uma UTI para a mãe dela não morrer. E sabe por que nós não temos, D. Cristina? Porque o dinheiro que era para a UTI está aqui no meio desse esquema. Talvez a sua empresa e do seu marido tenha sido apenas o corredor disso, a estrada disso, porque a grande maioria pode não ter nem ficado



com os senhores. Os senhores podem ter sido um instrumento de pessoas que criaram dificuldade para vender facilidade. E os senhores estão no meio disso, incluindo até uma filha de 14 anos.

O que nós queremos, D. Cristina, é ver se conseguimos algo. Ninguém está atrás de penalizar ninguém. Estamos atrás de mudar o País. Estamos atrás de que as pessoas que precisam de um leito, como essa mãe da nossa secretária, possam tê-lo. Eu preciso deixar um mundo melhor para as minhas filhas, como a senhora, eu acho, queria deixar para a sua.

Então, se os senhores participaram disso por algum momento, se houve algum envolvimento, se estão no jogo, os senhores tinham que estar no jogo. Ou jogavam, ou estavam fora do time, ou estavam fora do campo. Se os senhores pudessem nos mostrar e nos ajudar a ter um País mais sério... Eu não acredito que a senhora queira que a sua filha passe por isso que a senhora está passando, que a sua filha tenha que, lá na frente, como profissional, entrar em tipos de jogadas como os senhores tiveram que entrar. E tiveram que entrar porque o País estava com esse rumo.

A nossa ideia aqui, D. Cristina, é esta. Ninguém quer aqui constranger ninguém. Agora, não dá para aceitar as coisas que vêm acontecendo. A empresa do Sr. Luís Cláudio é de *marketing* esportivo. Mais de 10 milhões, segundo o delegado que veio aqui — eu não lembro se foi o delegado ou o promotor —, foram contratados para fazer um assessoramento na construção de um centro de convenções no interior de São Paulo. E os senhores pagaram a eles milhões de reais. O centro nunca saiu, nunca se sabe nem para onde foi esse centro.

São 10 milhões de reais! Sabe quantos leitos daria para fazer? Estariam salvando várias vidas, D. Cristina! O dinheiro que é roubado não é roubado do Governo, é roubado das pessoas que dele precisam. Nós poderíamos contar com um hospital a mais aqui em Brasília. Lá no meu Estado do Pará, há pessoas morrendo por não haver máquina de hemodiálise, D. Cristina. Não há máquina de hemodiálise no Marajó, onde há o pior IDH do Brasil. Nós chegamos lá, e não há nem médico! Não há nem médico chegando lá, porque roubaram dinheiro que tinha que estar lá, porque o desviaram. Se eu achasse que a senhora é que tivesse



roubado tudo isso, eu não estava nem lhe perguntando, mas eu acho que eu tenho a convicção de que os senhores foram instrumentos desse jogo todo.

Então, a nossa tentativa aqui não é de estar só trazendo os senhores aqui, constrangendo-lhes e perdendo tempo — o nosso tempo também, porque nós também temos muita coisa para fazer. Nós temos uma obrigação moral com as nossas famílias de tentar mostrar que este País mudou. Quem não achar que mudou vai ficar para trás.

E volto a dizer: todos aqueles que acharam que ficar calado era melhor, ao longo desse processo todo — já se vão uns 2 anos —, estão tendo que falar. Uma hora ou outra vão ter que falar. E aí já passaram por todo um constrangimento, já foram para a cadeia, já tiveram toda a sua vida destruída. Eu tenho certeza de que, independente do erro que a senhora cometeu ou não, a senhora tem uma família. A sua família deve estar destruída. Eu imagino como deve estar toda a sua família e o seu ciclo de amizade vendo pela televisão, numa hora desta, nós falando tudo isso, todo mundo sabendo, nós tentando explicar o porquê de estar aqui, e a senhora tendo que ficar calada para ocultar culpa de pessoas que estão soltas, que não estão condenadas, que estão passeando de lancha, que estão viajando para a Europa, enquanto a senhora está sentada aí nos ouvindo, constrangida, porque tem uma obrigação de não falar, ou tem uma afirmação para não falar.

Então, essa é a nossa tentativa. Se o advogado, se a senhora quiser também, nós estamos oferecendo isto a todos: *“Nós estamos aqui com a imprensa, vamos fazer uma reunião fechada, só com a CPI”*. Nós também fazemos isso. Nós queremos, volto a dizer, não é aumentar a sua pena, não é nada disso. A senhora não vai sair daqui pior do que entrou. Pior do que entrou não vai sair, com certeza. Agora, a senhora pode sair melhor. A senhora pode sair mais aliviada, a senhora pode sair daqui dizendo: *“Eu tentei ajudar este País. Eu tentei contribuir para que isso não aconteça mais. Eu tentei contribuir para que nós possamos realmente, neste País, fazer com que o dinheiro público, o dinheiro que é arrecadado dos bolsos de cada cidadão possa realmente chegar à educação, à saúde”*, do que tanto nós falamos. Falam muito da classe política, falam que o dinheiro não chega à educação, que não há saúde, mas quem rouba está aí no meio, e nós precisamos saber.



Então, sabendo da imposição do seu advogado e respeitando isso, porque eu não posso fazer diferente, o nosso apelo é para que até o fim desta reunião — e, volto a dizer, nem que seja numa reunião fechada, só com os Deputados — a senhora possa aliviar um pouquinho a sua alma. Eu não sei se a senhora tem religião ou não, mas eu acho que, numa hora desta, nós temos que pensar em Deus, em nos segurar em Deus, porque é a única coisa que nos segura.

E eu digo: eu tenho fé de que nós ainda podemos ajudar a passar este País a limpo. Se as pessoas realmente forem envolvidas nisso, pelo esquema que era, pela forma que era o jogo da vida, que nós possamos mostrá-las, D. Cristina. Se nós temos algum respeito interno, que nós possamos mostrar que nós temos alguma condição de querer realmente melhorar e ter respeito com a nossa família, com as nossas pessoas, com as pessoas que nos querem bem. Eu tenho certeza de que há muita gente que lhe quer bem e não queria vê-la aí sentada, ouvindo isso tudo sem poder dizer nada em sua defesa. Mas que nós possamos realmente dizer: *“Foi uma brasileira que passou por momento difícil, mas que ajudou a passar o País a limpo”*. A senhora pode mudar a história, em vez de se sentir constrangida. Muitas pessoas teriam orgulho da senhora se tivesse nos ajudado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, V.Exa. não perguntou a ela, no início, se estaria disposta a falar numa reunião fechada, porque às vezes ela pode contribuir com o que já falou na Polícia Federal numa reunião fechada. V.Exa. poderia indagá-la se nessa situação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sra. Cristina, a senhora gostaria que a reunião fosse reservada para poder falar, sob toda a garantia constitucional de que não serviria de prova, de que seu depoimento não vazaria?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Excelência, com todo respeito, eu agradeço. E continuo respondendo em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Cristina Mautoni, é deprimente,



Deputado Joaquim Passarinho, recebermos aqui uma depoente, que invoca o seu direito constitucional, consegue um *habeas corpus* e vem para cá para manter-se em silêncio. Eu acho que se parte da premissa, Deputado Izalci, de que todos têm direito à presunção de inocência. É deprimente uma depoente vir até aqui e ficar em silêncio, porque isso é uma confissão de culpa.

Infelizmente, D. Cristina, isso é uma confissão de culpa. Eu queria perguntar se V.Sa. não aceitaria, junto com os seus advogados, fazer aqui uma sessão reservada até para dirimir algumas dúvidas que são fundamentais para esta Comissão.

Deputado Joaquim Passarinho, o apelo dramático que V.Exa. fez da UTI de sua servidora residencial me tocou, porque já aconteceu o mesmo na minha família, na minha casa, no Estado da Bahia. Nós sabemos que todo o dinheiro que se põe na saúde é pouco pela carência do povo brasileiro em relação ao Sistema Único de Saúde.

Então, D. Cristina, eu queria perguntar se V.Sa. não aceitaria fazer uma sessão reservada. Eu acho que isso daria um brio muito grande à Comissão. A senhora ganharia muito com esta CPI se contribuísse inclusive com assuntos que podem nem incriminá-la.

Este Relator parte da presunção de sua inocência. Eu parto aqui na arrancada de que todo o depoente tem a presunção de inocência e de se defender, não de se autoincriminar. Então, eu pergunto se V.Sa. aceita fazer uma sessão fechada aqui com o Presidente, com o Relator e com os demais membros desta CPI.

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo respeito, por orientação do meu advogado, eu vou continuar em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tudo bem. Mas eu vou fazer algumas perguntas para a senhora, mesmo que se torne repetitivo, mesmo que a senhora, mais uma vez, reafirme que vai manter-se em silêncio. Mas, na minha obrigação e na prerrogativa de Relator desta CPI, eu tenho que deixar registrado nos Anais desta Casa e desta Comissão os meus questionamentos a V.Sa.

Sra. Cristina Mautoni, fazemos aqui as mesmas observações feitas ao seu marido no sentido de que V.Sa. é vista como alguém que incorreu em diversas



práticas delituosas, havendo inclusive sentença judicial que a condena. Assim, queremos dar a V.Sa. a oportunidade de esclarecer os fatos. V.Sa. afirma que é diretora administrativa da Marcondes & Mautoni? V.Sa. poderia descrever em que consiste exatamente sua atividade nessa referida empresa?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo respeito, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quando questionada a respeito de diversos pagamentos da MMC e da Caoa a sua empresa, pagamentos esses de quase 80 milhões de reais, V.Sa. não sabia a que contratos diziam respeito, nem se havia valores devidos. Como V.Sa. explica esses fatos?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. afirma, em diversos momentos, não ter conhecimento de detalhes de contratos, mas afirmou categoricamente que Vladimir Spíndola foi contratado para dar pareceres tributários no caso da MMC no CARF. Ocorre que a MMC já dispunha de dois escritórios de advocacia atuando no caso, por que foi necessário contratar um terceiro?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. sabe dizer quem eram as pessoas da Marcondes & Mautoni que vinham a Brasília com seu marido para tratar dos assuntos de interesse da MMC e da Caoa. V.Sa. não era encarregada de comprar as passagens aéreas dessas pessoas?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. sabe dizer a que título foi contratado o Sr. Fernando César Mesquita, Diretor de Comunicação do Senado Federal, à época dos fatos?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. afirmou que não se recordava de ter comprado presentes para familiares do ex-Ministro Gilberto Carvalho. Essa resposta indica que V.Sa. comprou algo, mas não se recorda o quê?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito, eu vou permanecer em silêncio, por orientação do meu advogado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k., Sr. Presidente. Infelizmente, mais uma vez, nós temos aqui cenas deploráveis aqui nesta CPI. Inclusive eu fiz um ofício ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, informando o que está acontecendo nas CPIs do Congresso Nacional. Quando chega um depoente, com *habeas corpus* concedido pelos Tribunais Superiores, Deputado Arlindo Chinaglia, infelizmente isso nos faz perder o nosso tempo aqui, porque nós saímos 3 horas da manhã após votar a DRU — cerca de 3h30min, eu saí daqui quase 4 horas da manhã —, e, às 9 horas da manhã, eu já estava aqui no Congresso Nacional. Nós perdemos aqui uma manhã que pode ser produtiva em outras atividades para ouvir uma depoente, com *habeas corpus*, que nós sabemos ter grandes delitos cometidos. Em vez de a pessoa vir para contribuir com a CPI, inclusive pode falar coisas que não a incriminem, até porque eu parto da presunção de inocência, e a pessoa vem para cá, com um *habeas corpus*, e se mantém em silêncio.

Então, quero deixar aqui o meu protesto e dizer que precisamos mudar um pouco essa regra aqui na Câmara Federal e no Senado também, porque, se as nossas CPIs estão fadadas a fracasso, passamos vergonha, Deputado Arlindo Chinaglia. Eu, repito, deixo aqui os meus protestos, ao dizer que infelizmente mais uma vez esse fato está acontecendo nesta Câmara Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Sr. Relator João Carlos Bacelar.

Passo a palavra agora ao Deputado Eduardo Cury.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Bom dia, Sr. Presidente, nobre Relator, nossos convocados, como ordem de encaminhamento, Sra. Cristina, o seu advogado ou escritório que a acompanha — é só uma curiosidade — é o mesmo desde o início desse processo?



O SR. DANIEL ROMEIRO - A gente entrou no meio.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Perdão?

O SR. DANIEL ROMEIRO - A gente entrou na ação penal.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Na ação penal, ou seja, durante a ação penal, antes de ela ser sentenciada. O.k., eu agradeço.

Bom, é muito difícil para nós fazermos juízo de valor com base na sua intenção não de falar. O escritório da senhora e do seu esposo está no centro de tudo. A senhora, o Sr. Mauro Marcondes, ligação com o José Ricardo, Erenice Guerra, Luís Cláudio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, os Spíndolas — os três —, Fernando Mesquita, as compras das medidas provisórias. É muito difícil para nós acharmos que foi um ator isolado.

Um outro componente sobre o qual tratávamos ontem, inclusive em reunião fechada, que para mim que não gosta de julgar à primeira vista, jamais gostei e pretendo continuar dessa forma, olho sempre uma coisa que eu aprendi, é o *follow the money* — siga o dinheiro. Na dúvida, siga o dinheiro. Houve transações vultosas das quais vocês participaram de todas as etapas, ou seja, não é só um escritório de representação.

Segundo, o que eu olho bastante também — isso vem do meu aprendizado — é se os volumes são compatíveis com a atividade exercida. Não é preciso fazer conta, ou ser um grande *expert*. Com uma conta de joelho é possível fazer isso. Aquele cara que começou a vida, o dono de uma padaria, sabe disso claramente, ele consegue ter noção dos números. Ou seja, se o trabalho — as horas dedicadas, o currículo, a *expertise* — é proporcional à remuneração. Nós vemos que os valores são muito superiores para um escritório, por maior que fosse a *expertise*. Parece que a senhora e, principalmente, o seu marido realmente tinham um passado de um currículo adequado para poder atuar no setor, o que não é o caso dos seus sócios: Erenice Guerra, Luís Cláudio Lula da Silva, José Ricardo, nenhum. São pessoas que não teriam nenhuma condição ser contratadas.

Aliás, colega Joaquim Passarinho, não entendo por que aplicação de quarentena a uma série de membros do Governo. A quarentena foi criada para evitar que um profissional de qualidade que passou pelo setor público não vá prestar serviço ao setor privado imediatamente, protegendo o setor público, ou seja, porque



ele é disputado pelo setor privado. Os quadros do PT hoje que saem envolvidos nos escândalos do Governo Federal não precisam de quarentena, não têm risco nenhum de serem contratado por alguém na iniciativa privada. Os seus currículos não permitem isso.

Nós estamos com um caso recente, Sr. Presidente, que é o exemplo do Presidente do Banco Central, o Ilan, vindo da iniciativa privada, e eu não o conheço. São pessoas que estão abrindo mão de salários de 100 mil ou 200 mil reais para vir colaborar com o setor público. Então, isso é uma perda. Eu sei disso, porque eu fiz isso na minha vida, quando eu resolvi entrar na vida pública também. Existem pessoas que para se dedicar à vida pública sacrificam a sua vida privada. Ele vem para cá para ganhar cinco ou seis vezes menos, está na conta, está contratado, ou seja, é uma condição para vir para cá. Os quadros do PT — Guido Mantega nenhuma empresa o teria contratado, foi Ministro durante 8 anos, fez previsões no início do ano que nunca se concretizaram.

Então, eu olho muito o currículo para saber se essa pessoa é uma pessoa que seria contratada ou só depende do poder público. Se não estiver mamando no poder público, ela não consegue sobreviver.

Eu vejo aqui que todas essas pessoas que estão envolvidas com milhões não tinham nenhuma capacidade de disputar uma consultoria, ser um escritório de advocacia, com raras exceções, e os senhores estão no centro de tudo.

Então, a minha pergunta é, mesmo que seja de forma parcial, para eu ter um juízo de valor pelo menos um pouco mais brando em relação aos senhores. A senhora não gostaria de falar pelo menos da parte boa da vida de vocês. Ou seja, o que existe de bom, para que nós possamos julgar? Podem falar: *“Foi sem querer”, “Estávamos ali por acaso”*. Não precisa falar daquilo que, na verdade, foram acusados para que nós possamos pelo menos possamos fazer algum juízo de valor.

É muito difícil, pelos valores envolvidos, pelas pessoas com as quais os senhores optaram por se relacionar, pessoas que não tinham nenhuma qualificação para receber milhão na conta, nem mil na conta. Como nós podemos chegar a uma conclusão, a não ser que os senhores tenham um certo tipo de culpa?

E segundo, para finalizar, Sr. Presidente, foi a primeira pergunta que eu fiz. Todo mundo toma decisões na vida baseado em vantagens e desvantagens de



forma meritocrática e de forma correta. Se a senhora que tem escritório de advocacia, desde o início do processo judicial, tomou a decisão de continuar, é sinal que está fazendo um bom trabalho, na minha opinião, na minha simples ótica.

Ora, se está fazendo um bom trabalho, e a senhora tomou essa pena, é sinal que está de bom tamanho, na minha opinião. Se está de bom tamanho, cabe-me julgar infelizmente que o problema é maior do que isso. Essas pessoas que optaram em não fazer delação premiada fazem a seguinte conta: *“Eu vou passar 2 ou 3 anos na cadeia, mas vou pegar meus 100 milhões que estão lá fora do Brasil”*. Essa é a conta que eles estão fazendo. A conclusão a que chego dos senhores é a mesma. Se a senhora está mantendo o mesmo escritório de advocacia, mesmo condenada, é sinal que sob sua ótica está de bom tamanho. Se está de bom tamanho, é sinal que tem coisa que não sabemos. Desculpe-me, mas é essa conclusão a que eu chego.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado. A senhora deseja responder?

A SRA. CRISTINA MAUTONI MARCONDES MACHADO - Com todo o respeito a todas as perguntas, eu vou me manter calada, por orientação do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Cristina Mautoni, eu — e tenho certeza de que todos os colegas aqui, alguns inclusive que militam na área do Direito — fui policial, por 30 anos, vamos respeitar, pela legislação, o seu direito de ficar calada. A senhora está acompanhada de seu advogado, e disso eu não tenho a menor dúvida.

Mas tenha certeza de que a senhora foi, como já disse o Deputado Joaquim, foi um instrumento diante de toda essa tramoia, essa lama que passou por cima deste País.

Mas ainda assim, como instrumento, eu tenho certeza de que a senhora tem uma consciência, porque a senhora tem filhos. Eu soube que a senhora tem uma filha. A senhora deve ter plano de saúde, a senhora deve ter pessoas que fazem o



seu supermercado, a senhora tem todas as atividades, todos os acessos e uma vida tranquila.

Em contrapartida a isso, eu queria lhe dizer que milhões de brasileiros hoje milhões vivem jogados nos corredores dos hospitais, de prontos-socorros de pequenas cidades de todo este País, sem atendimento. Inclusive na minha cidade, em Belém do Pará, há o depoimento de um médico que diz, num vídeo de celular, que ele, muita vezes, tem que ficar assistindo a pessoas morrerem, porque não há estrutura no hospital para que ele possa fazer alguma coisa.

Milhões de crianças e pré-adolescentes estudam em péssimas escolas, sem o menor atrativo, porque não existe política educacional neste País, e, muitas vezes, por que eles dizem não ter dinheiro.

Hoje milhões de pais de famílias estão entre os 11,5 milhões de desempregados e que, com certeza, neste exato momento, muitos deles acordaram pela manhã desesperados, porque não têm o que dar de comer aos seus filhos.

Mas, D. Cristina, que a Medida Provisória nº 471, arquitetada pelo líder de maior dessa quadrilha, dentro de um gabinete, junto com Sr. Gilberto Carvalho, e sob as asas da então Ministra da Casa Civil e ex-Presidente, Dilma Rousseff, com certeza absoluta, deixaram passar uma medida provisória para beneficiar a Mitsubishi. E o que é pior, contra um parecer encaminhado pela Internet, por *e-mail*, do Sr. Luiz Alberto dos Santos, que chamou a atenção de que estaria contra a Fazenda, que seria o prejuízo astronômico para este País, que traria prejuízo para todos os brasileiros que estão hoje sofrendo.

A senhora, mesmo estando calada, e eu tenho certeza de que vai ficar, tem que ouvir, porque, quando sair hoje daqui e estiver no seu carro, indo para a sua casa, vai refletir. A senhora vai ver o quanto o povo brasileiro sofreu, está sofrendo e vai sofrer ainda mais, porque o País não vai se recuperar do que houve tão cedo.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção para os requerimentos que eu estou dando entrada, de convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, do filho e do Sr. Luiz Alberto, porque, como a CPI tem caráter investigativo, que possamos ajudar o Poder Judiciário e o Ministério Público. Enfim, que possamos ajudar todos os organismos de investigação, para trazer a limpo toda essa situação.



Seria de suma importância, neste momento, essas pessoas virem aqui e ser acareadas, mesmo ficando caladas, para que possamos perguntar — um olhando para o outro — se a empresa da Sra. Cristina, a M&M Empreendimentos, repassou 2 milhões ao Lulinha. Aliás, agora já não são mais 2 milhões, são 10 milhões, como vazou ontem pela polícia. Dessa forma, poderemos criar juízo de valor, sob o aspecto investigativo, e saber se isso aconteceu ou não e de que forma aconteceu.

Eu fico feliz de hoje nós estarmos chamando as pessoas implicadas no caso, porque até então não as estávamos chamando. Mas eu gostaria exatamente que pudéssemos criar esse sincronismo: se vai se chamar D. Cristina, ou qualquer outra pessoa ligada a esse caso. Vamos, então, chamar outras pessoas para fazer uma acareação aqui, porque é muito importante.

Eu finalizo dizendo, Sr. Presidente, colegas Deputados, que eu sou um brasileiro que militei na área jurídica como policial. Eu tive acesso a juízes, a promotores, e quero acreditar na Justiça deste País. Eu tenho certeza de que, se formos fazer uma pesquisa no Brasil, talvez a única instituição deste País em que ainda o povo brasileiro acredita é a Justiça e ele sempre quer a Justiça. Até nós políticos não temos essa credibilidade na rua, por causa dessa lama que os poucos da esquerda, dessa falsa esquerda comunista, que não existe, fizeram com este País.

Mas agora, com a Operação Lava-Jato, e com o mensalão, que se iniciou lá atrás, que para mim tem o mesmo líder e quadrilheiro, chamado Luiz Inácio Lula da Silva, acredito que ele vai acabar na cadeia, para que assim todo o brasileiro, do Seu João à D. Maria, vai saber que existe Justiça neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu não vou fazer perguntas à Sra. Cristina, até porque as tentativas anteriores foram infrutíferas e, neste momento, não há o que fazer.

Mas eu me inscrevi preventivamente, porque eu previ que algumas observações seriam feitas. Quando se ataca a esquerda de maneira genérica, é preciso ter moral para fazê-lo. Eu não sou julgado do Supremo Tribunal Federal, não



sou investigado, não sou suspeito de praticar tortura contra criança e nem de ter, sob armas, tentado extorquir uma mãe dentro de uma Prefeitura, o Deputado mais votado do Pará, na última eleição. Portanto, é preciso que tenha autoridade moral, que não tem, para atacar as pessoas. Está desafiado a entrar nesse debate também.

Houve aqui quem dissesse que o País estava num determinado rumo, e se calam frente a dois ex-Ministros recentemente empossados, sendo que ambos atuaram para paralisar a Investigação Lava-Jato. Calam-se, porque são cúmplices. Se eles tivessem honestidade pelo menos intelectual, deveriam contar a história por inteiro. É fácil ser leviano, mas, para mim, traduz uma característica de covardia. Tirar conclusões principalmente com o cérebro, eu diria, com a faísca curta, ocorre que lê e não entende ou lê e propositadamente se esquece, que é o mais provável.

Quando se fala que o Luiz Alberto fez uma observação para a então Ministra Dilma é verdade. Onde está a mentira? Ele complementou dizendo que, se alguém pagou por aquela medida provisória, foi enganado, porque ela sairia de qualquer jeito.

Então, lamentavelmente, eu estou fazendo uma intervenção aqui não é para agredir quem quer que seja, mas para desmascarar aqueles que se metem a ter a moral que não têm.

Diante disso, em homenagem à boa reunião que fizemos ontem, creio que essas circunstâncias de audiências e os resultados que se pretendem e nem sempre se conseguem talvez o Relator tenha razão, nós devemos, ao longo desta CPI, refletirmos para, quem sabe, até alterarmos o poder de CPIs ou não. Como qualquer instrumento, se bem utilizado, ele é útil para a sociedade, mas às vezes, de forma boçal, ele serve apenas para angariar votos dos infelizes que não conhecem os fatos.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu tenho o direito de resposta, porque eu fui mencionado, embora não pelo nome, mas como o colega Deputado mencionou o Deputado mais votado do Estado do Pará, refere-se a mim. Então, quero o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente e caro colega Deputado, V.Exa. tenha certeza que eu tenho, sim, muita moral, mas muita, de falar o que eu falei. Vou lhe dizer por quê. O senhor menciona que eu respondo a processo no Supremo Tribunal Federal, e vou lhe dizer que eu não respondo só a um não, respondo a vários.

Somente na Corregedoria de Polícia Civil no Estado do Pará, no ano antes de eu sair da polícia para vir para esta Casa, respondi a 42 procedimentos administrativos na Corregedoria; na Justiça, a uns 4, por troca de tiros com bandido, com morte, por invasão de casa de bandido, por uma série de outras coisas, mas nenhum por extorsão ou por corrupção, e o povo paraense...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está aqui a matéria, Deputado. Eu quero a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu estou com a palavra. O povo paraense foi o primeiro que me julgou, me deu 265.983 votos. E vou lhe dizer mais — vou lhe dizer mais, tudo o que fiz como policial foi para defender a família, foi para defender o cidadão de bem, foi para defender os nossos filhos das drogas. E o povo paraense me julgou nas urnas, que nem tinha a intenção de vir a cargo político nenhum, me puxaram para ser. Não sou político, eu sou policial, sou policial na veia. Respondo a processo, sim. E, para enriquecer a sua investigação, já estou lhe dizendo, respondo a vários, não é só a um não, mas nenhum por corrupção.

Agora, tenho moral para dizer que a sua esquerda, falsa esquerda, que prega o comunismo, que não existe igualdade, que só faz somar e multiplicar para a cúpula do seu partido, onde mais da metade está na cadeia, isso, sim, é não ter moral.

Então, meu amigo, V.Exa. tem que ficar com a sua boca bem caladinha, quando se dirigir a uma pessoa que tem muita moral, sim, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu gostaria de dizer que ele está mentindo, a não ser que esta reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* esteja mentindo, ao contrário dele, quando fala que ele, sim, está sendo investigado, e o



processo foi aberto por um crime supostamente praticado em 2009, foi agora em 2016.

Aqui fala de tortura de um pai de uma criança de 10 anos e fala de crime de extorsão, sim, e extorsão envolve dinheiro. Da minha parte, pode me investigar à vontade. Eu não vou perder tempo de investigar. Eu sabia das suas baixarias e inclusive eu já havia sido alertado em plenário por um Parlamentar de outro partido. Que V.Exa. reflita daqui para frente, não vou perder tempo com V.Exa., não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Alfredo, V.Exa. gostaria de usar a palavra? (*Pausa.*)

Deputado Izalci, V.Exa. está inscrito. Gostaria novamente de usar a palavra?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, diante da não manifestação da depoente, acho melhor tentar outros mecanismos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Como não atingimos quórum, vou dispensar a depoente, lamentando profundamente a postura por ela adotada. Acho que ela perdeu uma oportunidade de ser defender.

A senhora viu que o Deputado Arlindo Chinaglia levantou alguns detalhes sobre o Delegado Éder Mauro, e ele teve a oportunidade aqui de, em público, se defender. Acho que esta tribuna é boa por isso, não fica reservada.

Agora o povo já vai pesquisar quem é o Deputado Arlindo mais ainda e vai pesquisar quem é o Delegado Éder mais ainda, mas infelizmente vai ficar com a impressão de que D. Cristina, que era contadora da Marcondes & Mautoni, que sabia do volumoso dinheiro que passa ali, infelizmente vai ficar com a culpa e vai livrar muitos outros, porque perdeu esta oportunidade aqui.

Eu espero que na Justiça ela tenha a oportunidade de se defender. D. Cristina, obrigado pela sua presença. Eu vou lhe dispensar.

Agradeço aos Srs. Parlamentares, assessores e demais convidados a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, 2 de junho, às 10 horas, em plenário a definir, com a presença do Sr. José Pereira de Barros Neto, Corregedor da Secretaria da Receita Federal, do Sr. Gerson D'Agord Schaan, Coordenador-



Geral de Pesquisa e Investigação da Receita Federal, em atendimento aos requerimentos do Deputado José Carlos Aleluia e do Deputado Izalci.

Muito obrigado a todos.